

SUBSECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

EDITAL CVL/SUBSC Nº 47 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

O **SUBSECRETÁRIO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e, tendo em vista a autorização constante do processo 09/004.383/2018 e, em conformidade com o disposto na Resolução SMA Nº 1975, de 19 de outubro de 2015, torna público o **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO** do **Concurso Público para provimento de cargos de Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional** do Quadro Permanente de Pessoal do Município do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA (CONTEÚDO PARA TODOS OS CARGOS)

1. Compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Gêneros e modos de organização dos textos. 1.2 Localização de informações explícitas e implícitas no texto. 1.3 Significado de vocábulos e expressões no contexto. 2. Ortografia oficial – segundo o atual acordo ortográfico. 2.1 Acentuação gráfica. 2.2 Emprego de letras. 2.3 Emprego do hífen. 3. Formação de palavras. 3.1 Valor semântico de radicais, prefixos e sufixos. 3.2 Neologismos e estrangeirismos. 4. Uso e função das diferentes classes gramaticais. 4.1 Artigos e substantivos. 4.2 Pronomes: emprego e colocação. 4.3 Adjetivos e locuções adjetivas. 4.4 Advérbios e locuções e adverbiais. 4.5. Preposições. 4.6 Conjunções. 5. Emprego dos verbos. 5.1 Flexão verbal. 5.2 Tempos, modos e vozes verbais. 5.3 Locuções verbais, tempos compostos e formas nominais do verbo. 5.2 Correlação entre tempos verbais. 5.3 Concordância verbal. 6. Flexão e concordância nominal. 7. Regência nominal e verbal. 7.1 Crase. 8. Relações de sentido entre orações e segmentos de texto. 8.1 Conectores que conferem coesão e coerência ao texto. 9. Emprego dos sinais de pontuação. 10. Denotação e conotação. 10.1 Uso e valor das figuras de linguagem. 11. Adequação da língua ao contexto de uso. 11.1 Redação oficial. 11.2 Reescrita de frases. 11.3 Variação linguística. 12. Discursos direto e indireto.

REFERÊNCIAS:

AZEREDO, José Carlos. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2014. 5 reimp. da 3 ed. de 2010.

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

HOUAISS, Antônio e VILAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 2008. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf (acesso em 07. Fev. 2019)

LEGISLAÇÃO DO SUS (CONTEÚDO PARA TODOS OS CARGOS)

1. Legislação. 2. Objetivos 3. Diretrizes 4. Participação da Comunidade e Controle Social 5. Atribuições dos três níveis de governo. 6. Ações específicas da Atenção Básica 7. Organização da Estratégia de Saúde da Família 8. Políticas intersetoriais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasileira de 1988. Título VIII: Da Ordem Social. Capítulo II: Da Seguridade Social. Seção II – Da Saúde.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156,160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

BRASIL. PORTARIA nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão.

BRASIL DEC 7.508/2011 Regulamenta a Lei nº 8.080 para dispor sobre a organização do sistema único de saúde, o planejamento de saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências.

BRASIL PORTARIA Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

I. FARMACÊUTICO

I – Farmacologia: Farmacocinética. Terapia farmacológica: sistema nervoso, renal, cardiovascular, inflamação, função gastrointestinal, sangue e órgãos hematopoiéticos. Quimioterapia das infecções parasitárias e microbianas. Hormônios e antagonistas de hormônios, insulinas e hipoglicemiantes orais. Farmacologia ocular e dermatológica. Farmacoterapia de distúrbios ginecológicos e obstétricos e contracepção.

II – Assistência Farmacêutica: Interações medicamentosas. Conceitos aplicados ao Sistema Único de Saúde. Diretrizes para estruturação de farmácias no Sistema Único de Saúde. Acesso, promoção e uso racional de medicamentos. Seleção, utilização e informação de medicamentos. Logística farmacêutica. Gerenciamento, monitoramento e avaliação da assistência farmacêutica. Ciclo da Assistência Farmacêutica: programação, aquisição e armazenamento. Ética. Regulação sanitária de medicamentos. Avaliação de tecnologias em saúde e medicina baseada em evidências aplicadas à assistência farmacêutica. Farmacoepidemiologia.

Farmacovigilância. Sistemas de informação em saúde e epidemiologia. Assistência farmacêutica e demandas judiciais de medicamentos no Sistema Único de Saúde. Assistência Farmacêutica em Desastres.

III - Farmácia Hospitalar: Padrões Mínimos para Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde. Segurança do paciente. Farmácia clínica. Ética em pesquisa. Gestão de suprimentos e custos. Sistemas de distribuição de medicamentos. Gestão da qualidade e indicadores aplicados à farmácia hospitalar. Farmacotécnica hospitalar: formas farmacêuticas estéreis e não estéreis. Terapia nutricional parenteral. Comissão de controle de infecção hospitalar. Gerenciamento de resíduos nos serviços de saúde. Centros de informação de medicamentos. Erros de medicação. Educação sanitária. Marketing e Promoção de Medicamentos. Auditoria em Farmácia Hospitalar. Gestão de Pessoas. Certificação em Farmácia Hospitalar. Comissão de Farmácia e Terapêutica.

REFERÊNCIAS:

Goodman & Gilman's – As Bases Farmacológicas da Terapêutica - 12ª ed., McGraw Hill, 2012.

OSORIO-DE-CASTRO CGS et al (orgs). Assistência farmacêutica: gestão e prática para profissionais da saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2014. 472 p.

MARIN, N. et al. (org). Assistência Farmacêutica Para Gerentes Municipais. Organização Pan-Americana de Saúde, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/assistenciafarmaceutica/afgm.pdf>. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização. 2. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 100p. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assistencia_farmaceutica_atencao_basica_instrucoes_tecnicas.pdf. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 44 p. Disponível em: <http://www.sbrafh.org.br/site/public/temp/5162c5812207f.pdf> . Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Uso racional de medicamentos: temas selecionados. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 156 p. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/uso_racional_medicamentos_temas_selecionados.pdf. Acesso em 05/02/2019.

STOPIRTIS, S. et al. Ciências farmacêuticas – Farmácia clínica e atenção farmacêutica. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Farmácia Hospitalar - Coletânea de Farmácia Hospitalar. 1. Reimpressão. 2017. Disponível em:

http://www.cff.org.br/userfiles/capa%20colet%C3%A2nea%20farm%C3%A1cia%20hospitalar_29AGO2017-merged.pdf. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 40 p. Disponível em:

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf.

Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Portaria Nº 2.095, de 24 de setembro de 2013. Aprova os Protocolos Básicos de Segurança do Paciente. Anexo 3-Protocolo de Segurança na Prescrição e de Uso e Administração de Medicamentos. Disponível em <http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002490IQmWd8.pdf>. Acesso em 05/02/2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Reações Adversas a Medicamentos. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33868/2894427/Rea%C3%A7%C3%B5es+Adversas+a+Medicamentos/1041b8af-9cde-4e94-8f5c-9a5fe95f804d>. Acesso em 05/02/2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR (SBRAFH). Padrões Mínimos em Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde. 3. Edição. 2017. Disponível em <http://www.sbrafh.org.br/site/public/docs/padroes.pdf>.

Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº. 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Disponível em

http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/RDC_222_2018_.pdf/c5d3081d-b331-4626-8448-c9aa426ec410. Acesso em 05/02/2019.

IV– Legislação Sanitária e Farmacêutica:

BRASIL. Lei n.º 5991, de 17 de dezembro de 1973 (e suas alterações). Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5991.htm. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999 (e suas alterações). Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9787.htm. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Lei nº 12.401, de 28 de Abril de 2011. Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12401.htm. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13021.htm. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da Diretoria Colegiada RDC Nº. 67, de 8 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiniais para Uso Humano em farmácias (e anexos). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/res0067_08_10_2007.html. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998 (e suas atualizações). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº. 338, de 06 de maio de 2004. Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Disponível em http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_04.htm. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 3916, de 30 de outubro de 1998. Política Nacional de Medicamentos. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. GABINETE DO MINISTRO. Portaria de Consolidação no 1, de 28 de setembro de 2017 (e suas atualizações). Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.html. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. GABINETE DO MINISTRO. Portaria de Consolidação no 6, de 28 de setembro de 2017 (e suas atualizações). Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos

federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0006_03_10_2017.html. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 568, de 06 de dezembro de 2012. Disponível em <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/568.pdf>. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Disponível em <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf>. Acesso em 05/02/2019.

II. FISIOTERAPEUTA

1. Anatomia Humana. 2. Fisiologia Humana. 3. Semiologia. 4. Cinesiologia. 5. Eletrotermo-hidro e Fototerapia. 6. Recursos Terapêuticos Manuais. 7. Fisioterapia em Ergonomia. 8. Cinesioterapia. 9. Fisioterapia em Cardiologia. 10. Fisioterapia em Pneumologia/CTI. 11. Fisioterapia em Pediatria. 12. Fisioterapia em Traumatologia-Ortopedia. 13. Fisioterapia em Reumatologia. 14. Fisioterapia em Ginecologia e Obstetrícia. 15. Fisioterapia em Neurologia. 16. Fisioterapia em Geriatria e Gerontologia. 17. Fisioterapia em Dermatologia. 18. Fisioterapia no Esporte. 19. Fisioterapia em Saúde Coletiva. 20. Fisioterapia Preventiva. 21. Legislação.

REFERÊNCIAS:

CONSELHO Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Legislação: Leis,

Decretos-lei, Decretos, Resoluções, Resoluções Conjuntas, Portarias. Brasília: COFFITO.

GERARDES, P. C. A saúde coletiva de todos nós. Rio de Janeiro: Revinter, 1992.

CASONATO, Oscar. Reabilitação Integrada das Patologias do Tornozelo e Pé. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

LARANJEIRA, Ligia Nasi, Et Al. Guia de Urgência e Emergência para Fisioterapeutas. Editora Atheneu. São Paulo, 2011.

LOUDON, Janice K., Stephania L. Bell, Jane M. Johnston. Guia Clínico de Avaliação Ortopédica. São Paulo: Manole, 1999.

MACHADO, Angelo B.M. Neuroanatomia Funcional. 3 ed. São Paulo; Editora Atheneu, 2014.

MARQUES, Elaine Cristina Mendes. Anatomia e Fisiologia Humana. São Paulo. Martinari, 2015.

MOFFAT, Marilyn, Donna Frownfelter. Fisioterapia do Sistema Cardiorrespiratório – Melhores Práticas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

NORKIN, Cynthia, Pámela K. Levangie. Articulações – Estrutura e Função – Uma abordagem Prática e Abrangente. Rio de Janeiro. 2 Ed. Editora Revinter, 2001.

PICKLES, Barrie e Cols. Fisioterapia na Terceira Idade. São Paulo: editora Santos, 2002.

PRESTO, Bruno Lambaerte, Luciana Damázio de Noronha. Fisioterapia na UTI. Rio de Janeiro. 1 ed. B.P, 2006.

ROGER, M. Nelson, Karen W. Hayes, Dean P. Currier. Eletroterapia Clínica. São Paulo. 3 ed. Manole, 2005.

RUIZ, Cristiane Regina, Organizadora. Anatomia Humana Básica para estudantes na área de Saúde. 3 Ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2014.

SILVA, Marcelo Terreiro Jesus da, Robson Silva dos Santos. Terapia Manual das Disfunções da ATM. Ed. Rúbio. Rio de Janeiro, 2011.

SUASSUNA, Viviani Aparecida Lara, Renata Henn Moura, George J.V. Sarmento, Rosana C. Posseti. Fisioterapia em emergência. Barueri, SP; Manole, 2016.

TEIXEIRA, Luis Augusto. Controle Motor. São Paulo: Manole, 2006.

TIDSWELL, Marian. Ortopedia para Fisioterapeutas. São Paulo: Editora Premier, 2006.

UMPHRED, Darcy Ann. Fisioterapia Neurológica. 2º Ed. Manole. São Paulo.

UMPHRED, Darcy, Constance Carlson. Reabilitação Neurológica Prática. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 2007.

VERSAGI, Charlotte Michael. Protocolos Terapêuticos de Massoterapia. 1 Ed. Manole. São Paulo, 2015.

STARKEY, Chad. Recursos Terapêuticos em Fisioterapia. 4º ed. Manole. São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Norival Santolim de. Anatomia Humana Fundamental. Ab Editora. Goiania, 2011.

UMEDA, Iracema Ioco Kikuchi. Manual de Fisioterapia na Reabilitação Cardiovascular. 2º ed. Manole. São Paulo, 2014.

CAVALHEIRO, Leny Vieira e Fátima Cristina Martorano Gobbi. Fisioterapia Hospitalar. Manole. São Paulo, 2012.

FLOYD. R.T. Manual de Cinesiologia Estrutural. 19º ed. Manole. São Paulo, 2016.

SARMENTO. George Jerre Vieira. Princípios e Práticas de Ventilação Mecânica em Pediatria e Neonatologia. Manole. São Paulo, 2011.

III. FONOAUDIÓLOGO

AUDIOLOGIA: 1. Anatomia e Fisiologia da Audição. 2. Desenvolvimento do Sistema Auditivo. 3. Etiologia. 4. Avaliação Audiológica e do Sistema Vestibular. 5. Testes Eletrofisiológicos. 6. Classificação. 7. Diagnóstico. 8. Processamento Auditivo. 9. Patologias Cocleares, Retrococleares e do Sistema Tímpano-Ossicular. 10. Triagem Auditiva Neonatal. 11. Implante Coclear. 12. Reabilitação Vestibular. 13. Atuação Fonoaudiológica. 14. Audiologia Educacional e Ocupacional. 15. Aparelho de Amplificação Sonora Individual. DISFAGIA: 1. Anatomofisiologia Aplicada à Função de Deglutição, suas Fases e Eventos. 2. Mecanismos de Proteção das Vias Aéreas para a Deglutição. 3. Avaliação Clínico-Estrutural e Instrumental da Deglutição. 4. Classificação. 5. Diagnóstico. 6. Transtornos da Função de Deglutição de Origem Neurológica, Mecânica e Transitória. 7. Manejo e Gerenciamento do Paciente com Disfagia. 8. Atuação Fonoaudiológica em Neonatologia, no Adulto e no Idoso. 9. Tratamento e Reabilitação das Disfagias Orofaríngeas. LINGUAGEM: 1. Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem. 2. Avaliação. 3. Classificação. 4. Diagnóstico Diferencial dos Transtornos de Linguagem. 5. Abordagens Terapêuticas. 6. Distúrbios Específicos de Linguagem. 7. Alterações do Desenvolvimento da Linguagem. 8. Distúrbios de Aprendizagem. 9. Alterações da Linguagem de Origem Neurológica. MOTRICIDADE OROFACIAL: 1. Anatomofisiologia do Sistema Estomatognático. 2. Acompanhamento Fonoaudiológico em Pacientes Portadores de Transtornos Motores da Fala de Origem Neurológica e Mecânica. 3. Transtornos Funcionais da Fala e Deglutição. 4. Desenvolvimento e Transtornos das Funções Estomatognáticas. 5. Classificação. 6. Avaliação. 7. Diagnóstico. 8. Tratamento. VOZ: 1. Anatomia e Fisiologia da Fonação. 2. Etiologia. 3. Avaliação. 4. Classificação. 5. Diagnóstico Clínico. 6. Alterações Vocais. 7. Orientação e Higiene Vocal. 8. Abordagens Terapêuticas. 9. Prevenção. SAÚDE PÚBLICA: 1. Fonoaudiologia e Saúde Coletiva. 2. Práticas Fonoaudiológicas na Promoção da Saúde. 3. Ações Preventivas. 4. Saúde Escolar. 5. Saúde do Trabalhador.

REFERÊNCIAS:

BEHLAU M. Voz: o livro do especialista - Volume 1. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

BOECHAT EM, MENEZES PL, COUTO CM, FRIZZO ACF, SCHARLACH RC, ANASTASIO ART. Tratado de Audiologia. 2ª ed. São Paulo: Santos, 2015.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>.

CARVALHO MR, GOMES CF. Amamentação – Bases Científicas. 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

COSTA M. Deglutição & Disfagia: bases morfofuncionais e videofluoroscópicas. Rio de Janeiro: Medbook, 2013.

DEDIVITIS RA, SANTORO PP, ARAKAWA-SUGUENO L. Manual Prático de Disfagia: diagnóstico e tratamento. Rio de Janeiro: Revinter, 2017.

JOTZ GP, CARRARA-DE ANGELIS E. Disfagia: abordagem clínica e cirúrgica - criança, adulto e idoso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

JOTZ GP, CARRARA-DE ANGELIS E, BARROS APB. Tratado de Deglutição e Disfagia: no adulto e na criança. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

LAMÔNICA DAC, BRITTO DBO. Tratado de Linguagem: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Booktoy editora, 2017.

LANZELOTTE, V. Manual de Atenção Integral ao Desenvolvimento e Reabilitação. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

MARCHESAN IQ, SILVA HJ, TOMÉ MC. Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014.

MOUSINHO R, SCHIMID E, MESQUITA F, DOS SANTOS G. Brincando com a linguagem: da língua oral à língua escrita. Instituto ABCD, 2018. Disponível em: <<http://www.institutoabcd.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Brincando-com-a-linguagem-cor.pdf>>.

MURDOCH BE. Desenvolvimento da Fala e Distúrbios da Linguagem: uma abordagem neuroanatômica e neurológica funcional. 2ª ed. Rio de Janeiro. Revinter, 2012.

MURDOCH BE. Disartria: uma abordagem fisiológica para avaliação e tratamento. São Paulo: Lovise, 2005.

ORTIZ K.Z. Distúrbios Neurológicos Adquiridos: fala e deglutição. Barueri: Manole, 2010.

ORTIZ K.Z. Distúrbios Neurológicos Adquiridos: linguagem e cognição. Barueri: Manole, 2010.

VENITES J, SOARES L, BILTON. Disfagia no Idoso: guia prático. Ribeirão Preto: Booktoy Livraria e Editora, 2018.

VIEIRA RM, VIEIRA MM, AVILA CRB, PEREIRA, LD. Fonoaudiologia e Saúde Pública. 2ª Ed. São Paulo: Pró-Fono, 2008.

SEARA IC, NUNES VG, LAZZAROTTO-VOLCÃO. Para Conhecer Fonética e Fonologia do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015.

IV. NUTRICIONISTA

1. Gestão de unidades de alimentação e nutrição: Gestão de unidades de alimentação e nutrição. Serviços e eventos. 2. Técnica Dietética, propriedades físico-química dos alimentos e gastronomia. 3. Controle Higiênico – Sanitário: controle higiênico sanitário do ambiente, do alimento, da matéria prima e do manipulador. Boas práticas para serviços de alimentação. Saúde ambiental, água, vigilância e legislação sanitária. 4. Alimentos: doenças transmitidas pelos alimentos, exame organoléptico e laboratorial dos alimentos, produção dos alimentos, microbiologia dos alimentos, segurança alimentar. Alimentos funcionais. Rotulagem de alimentos. 5. Nutrição Humana: Nutrientes (definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares, recomendações, interação medicamento – nutriente - alimento). Bioquímica. Avaliação de dietas normais e especiais. Necessidades e recomendações no ciclo vital em todas as faixas etárias e situações de saúde e ausência de saúde, nutrição e atividade física, nutrição e saúde bucal, nutrição no envelhecimento, nutrição em psiquiatria, nutrição e o uso de álcool e outras drogas, nutrição e envelhecimento. 6. Avaliação do estado nutricional de indivíduos nas diferentes faixas etárias e grupos populacionais: diagnóstico nutricional em todas as faixas etárias (crianças menores de 1 ano, pré-escolares, escolares, adolescente, gestantes, adultos, idosos). Sistema de vigilância alimentar e nutricional. 7. Climatério e Menopausa. 8. Nutrição materno – infantil: Amamentação. Assistência nutricional no pré-natal. Aleitamento materno. Banco de leite humano Nutrição e gestação. Gestante adolescente. Diabetes, síndromes hipertensivas e AIDS/HIV na gestação. Necessidades e Recomendações Nutricionais no grupo materno infantil (MI). Carências Nutricionais no grupo MI. Nutrição nas Infecções Respiratórias Agudas e nas Diarréias na infância. 9. Nutrição Clínica: Princípios e cuidados nutricionais nas enfermidades do Sistema Digestório e Glândulas Anexas, Cardiovascular, Renal e das Vias Urinárias, Pulmonar, Endócrino, Neurológico, Psiquiatria, Imunodeficiências e Neoplasias, Estresse Metabólico, Alergias e Intolerâncias Alimentares. Nutrição e Cirurgia. Terapia nutricional. Saúde oral e dental. Alimentos Funcionais. Fitoterapia. Transtornos alimentares. Grupos populacionais 10. Políticas e Programas de Atenção à Saúde: Amamentação e Banco de Leite Humano. Bolsa

Família. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Atenção Básica na Obesidade, no Diabetes, no Envelhecimento e saúde do Idoso, na doença cardiovascular, cerebrovascular e renal. 11. Nutrição e saúde pública. 12. Nutrição enteral e parenteral. 12. Educação nutricional e práticas individuais e grupais.

REFERÊNCIAS:

BALCHIUNAS, Denise. Gestão de UAN – Um resgate do binômio alimentação e nutrição. Editora Roca. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. Instrutivo: metodologia de trabalho em grupos para ações de alimentação e nutrição na atenção básica. / Ministério da Saúde, Universidade Federal de Minas Gerais. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016. 168 p. : il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: o cuidado da pessoa tabagista / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 212 p. : il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 38)

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Acesso

em:http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/guia_alimentar2014

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégia para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35)

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37)

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Programa Nacional de Suplementação de Ferro: manual de condutas gerais. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 210p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de orientações sobre o Bolsa Família na saúde. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Banco de leite humano: funcionamento, prevenção e controle de riscos/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília : Anvisa, 2008. 160 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN na assistência à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 33)

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, 32)

BRASIL. Ministério da Saúde. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica; n. 31)

BRASIL. Ministério da Saúde. Carências e micronutrientes. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. (Cadernos de Atenção Básica, n. 20) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Dez Passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de 2 anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CORDÁS, TákiAthanássios, KACHANI, Adriana Trejger e cols. Nutrição em Psiquiatria. Porto Alegre: Artmed, 2010.

COZZOLINO, Silvia M. Franciscato. Biodisponibilidade de Nutrientes. Manole. 5 ed. 2016.

ENES, Carla Cristina e SILVA, Jessica Rondoni. Associação entre excesso de peso e alterações lipídicas em adolescentes. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2018, vol.23, n.12 [citado 2019-02-07], pp.4055-4063. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018001204055&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182312.27882016>.

FONTENELE, Ticiania Mesquita de Oliveira; ABDON, Ana Paula de Vasconcelos; ARAUJO, Marina Campos e BEZERRA, Ilana Nogueira. Associação entre ingestão de energia e nutrientes e incontinência urinária em mulheres adultas. Cad. saúde colet.[online]. 2018, vol.26, n.1 [citado 2019-02-07], pp.45-52. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2018000100045&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1414-462X. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201800010145>.

HENRIQUES, Patrícia et al. Políticas de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional: desafios para o controle da obesidade infantil. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2018, vol.23, n.12 [citado 2019-02-07], pp.4143-4152. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018001204143&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182312.34972016>.

KALLUF, Luciana. Fitoterapia Funcional: dos Princípios ativos à prescrição de fitoterápicos. 2ª Ed. São Paulo: AçãoSet, 2015.

KRAUSE; MAHAN,L.K. et al. Alimentos, nutrição e dietoterapia. Ed.Elsevier. Rio de Janeiro, 2013.

KUHN-SANTOS, Renata Cavalcante; SUANO-SOUZA, Fabíola Isabel; PUCCINI, Rosana Fiorini e STRUFALDI, Maria Wany Louzada. Fatores associados ao excesso de peso e baixa estatura em escolares nascidos com baixo peso. Ciênc. saúde coletiva[online]. 2019, vol.24, n.2 [citado 2019-02-07], pp.361-370. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000200361&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018242.30702016>.

LEAO, Renata Campos et al. Ocorrência de enteroparasitos e coliformes termotolerantes nas mãos de manipuladores de alimentos de um hospital de ensino.Cad. saúde colet. [online]. 2018, vol.26, n.2 [citado 2019-02-07], pp.211-215. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2018000200211&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1414-462X. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201800020283>.

MAGALHAES, Elma Izze da Silva et al. Prevalência de anemia e determinantes da concentração de hemoglobina em gestantes. Cad. saúde colet. [online]. 2018, vol.26, n.4 [citado 2019-02-07], pp.384-390. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2018000400384&lng=pt&nrm=iso>. Epub 08-Nov-2018. ISSN 1414-462X. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201800040085>.

MEZOMO, IRACEMA de BARROS. OS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO: PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO. MANOLE – 6ª ED.

MORAES, Ana Carolina Franco de et al. Microbiota intestinal e risco cardiometabólico: mecanismos e modulação dietética. ArqBrasEndocrinolMetab, São Paulo, v. 58, n. 4, jun. 2014. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302014000400317

Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Acesso em: <http://portal.anvisa.gov.br>

RDC-ANVISA nº. DE 171, de 04 de setembro de 2006. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o funcionamento de Bancos de Leite Humano.

ROSSI, Camila Elizandra et al. Fatores associados ao consumo alimentar na escola e ao sobrepeso/obesidade de escolares de 7-10 anos de Santa Catarina, Brasil. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2019, vol.24, n.2 [citado 2019-02-07], pp.443-454. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000200443&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018242.34942016>.

SILVA Junior, Eneo Alves. Manual de Controle Higiênico-Sanitário em Serviços de Alimentação. Editora Varela, 7ª Ed./2014.

SILVA, Meirele Rodrigues Inácio da et al. Processo de Acreditação das Escolas Promotoras de Saúde em âmbito mundial: revisão sistemática. Ciênc. saúde coletiva[online]. 2019, vol.24, n.2 [citado 2019-02-07], pp.475-486. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000200475&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018242.23862016>.

SILVA, Everlane Suane de Araújo da e PAES, Neir Antunes. Programa Bolsa Família e a redução da mortalidade infantil nos municípios do Semiárido brasileiro. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2019, vol.24, n.2

[citado 2019-02-07], pp.623-630. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000200623&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018242.04782017>.

SILVA, Gabriela Avelino da et al. Consumo de formulações emagrecedoras e risco de transtornos alimentares em universitários de cursos de saúde. J. bras. psiquiatr. [online]. 2018, vol.67, n.4 [citado 2019-02-07], pp.239-246. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852018000400239&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0047-2085. <http://dx.doi.org/10.1590/0047-2085000000211>.

SOARES, Daniele da Silva Bastos et al. Boas Práticas em Unidades de Alimentação e Nutrição Escolares de um município do estado do Rio de Janeiro – Brasil. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2018, vol.23, n.12 [citado 2019-02-07], pp.4077-4083. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018001204077&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182312.23992016>.

TEIXEIRA, SUZANA MARIA FERREIRA GOMES; OLIVEIRA, ZÉLIA MILET CAVALCANTI de; REGO, JOSEDIRA CARVALHO do.; BISCONTINI, TELMA MARIA BARRETO. Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição. São Paulo: Editora atheneu, 2007.

TURECK, Camila et al . Avaliação da ingestão de nutrientes antioxidantes pela população brasileira e sua relação com o estado nutricional. Rev. bras. epidemiol., São Paulo , v. 20, n. 1, p. 30-42, mar. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2017000100030&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-5497201700010003>.

V. PSICÓLOGO

Reforma psiquiátrica. Clínica ampliada, Apoio matricial. Construção social da doença. Produção de saúde. Ética profissional. Formação em psicologia. Autismo e deficiência. Medicalização e indústria farmacêutica. Saúde mental e trabalho. Desinstitucionalização. Atenção à crise.

REFERÊNCIAS:

BEZERRA JÚNIOR, Benilton. "A elasticidade e limite na clínica contemporânea" In: Elasticidade e limite na clínica contemporânea /Luiz Cláudio Figueiredo, Bianca Bergamo Savietti, Octávio de Souza (organizadores). São Paulo, Ed. Escuta. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

COSER, Orlando. As metáforas farmacológicas com que vivemos. Ensaios de Metapsicofarmacologia. Editora Garamond, 2010.

DESVIAT, Manuel. Coabitar a diferença: da reforma psiquiátrica à saúde mental coletiva. São Paulo: Zagodoni, 2018.

GREEN, André. "A loucura privada - psicanálise dos casos limites". São Paulo: Ed. Escuta, 2017.

LIMA, Maura; DIMENSTEIN, Magda. O apoio matricial em saúde mental: uma ferramenta apoiadora da atenção à crise. Interface (Botucatu) [online]. 2016, vol.20, n.58, pp.625-635. Epub May 17, 2016. ISSN 1414-3283. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0389>.

Resolução CFP nº 010/2005. (2005). Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/07/resolucao2005_10.pdf

SANTIAGO, Eneida; YASUI, Silvio. O trabalho como dispositivo de atenção em saúde mental:. Revista de Psicologia da Unesp, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 195 - 210, set. 2017. ISSN 1984-9044. Disponível em: <<http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/582>>.

SCARCELLI, Ianni Regia e JUNQUEIRA, Virgínia. O SUS como desafio para a formação em Psicologia. Psicol. Cienc. Prof. [online]. 2011, vol.31, n.2. pp.340-357.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200011&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000200011>.

VI. TERAPEUTA OCUPACIONAL

1. Ética, Fundamentos e História da Terapia Ocupacional 2. Desenvolvimento sensorial, perceptivo, cognitivo e motor normal 3. Métodos e Técnicas de Avaliação em Terapia Ocupacional 4. Análise de Atividades segundo

aspectos sensoriais, perceptivos, cinesiológicos, emocional e laborativo 5. Modelos de processo de Terapia Ocupacional 6. Recursos Terapêuticos 7. Tecnologia Assistiva: adaptações, órteses, próteses, comunicação alternativa, mobilidade e acessibilidade 8. Neuroanatomia e Neuropsicologia em Terapia Ocupacional; 9. Terapia ocupacional em neonatologia e prática pediátrica 10. Terapia Ocupacional nas alterações da Mão 11. Terapia Ocupacional na disfunção física 12. Terapia Ocupacional em Hanseníase e Diabetes 13. Terapia Ocupacional em Saúde Mental 14. Terapia ocupacional na geriatria e gerontologia

REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS/ABRATO, A Terapia Ocupacional e as Atividades da Vida Diária, Atividades Instrumentais da Vida Diária e Tecnologia Assistiva. Fortaleza: ABRATO, 2011

DE CARLO, Marysia M. R. P. e Bertalotti, C. C. Terapia Ocupacional no Brasil, Fundamentos e Perspectivas. São Paulo: Plexus, 2001.

DE CARLO, Marysia M. R. P., Luzo M.C.M. (org). Terapia Ocupacional. Reabilitação Física e Contextos Hospitalares. São Paulo: Roca, 2004.

CAVALCANTI, Alessandra e Galvão, C. Terapia Ocupacional: Fundamentação e prática. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2007.

CORIAT, Lídia F. Maturação psicomotora no 1º ano de vida da criança. São Paulo: Cortez e Moraes, 1977.

FRANCISCO, B.R., Terapia Ocupacional. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

FERLAND, Francine. O modelo Lúdico. O brincar, a Criança com Deficiência Física e a Terapia Ocupacional. São Paulo: Roca, 2006

GRIEVE June. Neuropsicologia em Terapia Ocupacional. São Paulo: Santos Editora, 2005.

LEGISLAÇÃO / CREFITO 2 Gestão 2002-2006/2006-2010 Resolução COFFITO 8 e Resolução COFFITO 10.

RADOSKI, M. V., TROMBLY, C. A., Terapia Ocupacional para Disfunções Físicas. 6ª. Edição. São Paulo: Santos, 2013

TEIXEIRA, E.; Sauron, F.N.; Santos, L.S.B.; Oliveira, M. C. Terapia Ocupacional na Reabilitação Física. São Paulo: Roca, 2003.

PIRES, M. C. B.; BASTOS, S. M., Terapia Ocupacional – Contribuições e Perspectivas no atendimento à pessoa amputada. Rio de Janeiro: Livre Impressão, 2014

Ficam mantidas as normas estabelecidas no Edital CVL/SUBSC nº 25, de 30 de janeiro de 2019.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal da Casa Civil

Subsecretaria de Serviços Compartilhados

RETIFICAÇÃO

D.O. RIO DE 31 DE JANEIRO DE 2019

EDITAL CVL/SUBSC Nº 25 DE 30 DE JANEIRO DE 2019

Onde se lê:

IV. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.1.1 O candidato deverá acessar no site <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos> o seu requerimento de inscrição a partir das **16h do dia xx/xx/2019**, a fim de tomar ciência do resultado de sua avaliação da hipossuficiência.

Leia-se:

IV. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.1.1 O candidato deverá acessar no site <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos> o seu requerimento de inscrição a partir das **16h do dia 08/04/2019**, a fim de tomar ciência do resultado de sua avaliação da hipossuficiência.

RIO DE JANEIRO, 31 DE JANEIRO DE 2019.

PAULO ALBINO SANTOS SOARES
SUBSECRETÁRIO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

REGULAMENTA O CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE FARMACÊUTICO, FISIOTERAPEUTA, FONOAUDIÓLOGO, NUTRICIONISTA, PSICÓLOGO E TERAPEUTA OCUPACIONAL DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O SUBSECRETÁRIO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e, tendo em vista a autorização constante do processo 09/004.383/2018 e, em conformidade com o disposto na Resolução SMA Nº 1975, de 19 de outubro de 2015, torna público que fará realizar o **Concurso Público para provimento de cargos de Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional** do Quadro Permanente de Pessoal do Município do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 Do Concurso

O Concurso destina-se à seleção de candidatos para o preenchimento de vagas no cargo efetivo de **Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional**, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

2 Do Cargo, das Vagas e da Taxa de Inscrição

Cargo	Vagas			Taxa de Inscrição
	R	PD	NI	
Farmacêutico	5	1	1	R\$ 100,00
Fisioterapeuta	5	1	1	R\$ 100,00
Fonoaudiólogo	5	1	1	R\$ 100,00
Nutricionista	5	1	1	R\$ 100,00
Psicólogo	5	1	1	R\$ 100,00
Terapeuta Ocupacional	2	1	1	R\$ 100,00

LEGENDA:

R = Vagas Regulares

NI = Vagas Negros e Índios

PD = Vagas Pessoa com Deficiência

2.1 As vagas reservadas a pessoa com deficiência e a negros e índios, caso não preenchidas, serão revertidas para o quadro de vagas regulares.

3 Do Vencimento, da Carga Horária e da Qualificação Exigida

Cargo	Vencimento	Carga Horária Semanal	Qualificação Exigida (Escolaridade)
Farmacêutico	R\$ 2.148,00	24h	Nível superior completo e registro no órgão fiscalizador da profissão como Farmacêutico
Fisioterapeuta	R\$ 2.148,00	24h	Nível superior completo e registro no órgão fiscalizador da profissão como Fisioterapeuta
Fonoaudiólogo	R\$ 2.148,00	24h	Nível superior completo e registro no órgão fiscalizador da profissão como Fonoaudiólogo
Nutricionista	R\$ 2.148,00	32h e 30min	Nível superior completo e registro no órgão fiscalizador da profissão como Nutricionista
Psicólogo	R\$ 2.148,00	32h e 30min	Nível superior completo e registro no órgão fiscalizador da profissão como Psicólogo
Terapeuta Ocupacional	R\$ 2.148,00	30h	Nível superior completo e registro no órgão fiscalizador da profissão como Terapeuta Ocupacional

3.1 Será acrescido ao vencimento:

- gratificação de insalubridade (Lei nº 1.883/1992) R\$ 429,59;
- auxílio-transporte (Decreto nº 17.110/98) R\$ 173,80;

4 Das Atribuições

Cargo	Síntese das Atribuições
Farmacêutico	Atividades de supervisão, coordenação ou execução, referentes a trabalhos e estudos relativos a métodos e técnicas de produção, controle e análise clínica e toxicológica de medicamentos. (Decreto 3.410/1982)
Fisioterapeuta	Atividades de planejamento, programação, ordenação, pesquisas, supervisão, coordenação e execução relativas à prevenção e recuperação da saúde individual e coletiva no que se refere a atividades na área cinético funcional do aparelho motor e respiratório. (Lei nº 3.627/2003)

Fonoaudiólogo	Atividades de pesquisas, supervisão, coordenação e execução relativas à prevenção e recuperação da saúde individual, no que se refere à área de comunicação oral e escrita, voz e audição. (Lei nº 3.151/2000)
Nutricionista	Atividades de supervisão, coordenação, orientação e execução referentes a trabalhos relativos à educação alimentar, nutrição e dietética, para indivíduos ou coletividades. (Decreto 3.410/1982)
Psicólogo	Atividades de supervisão, coordenação e execução relativas ao estudo do comportamento humano e da dinâmica da personalidade, com vistas à orientação psicopedagógica e ao ajustamento individual no meio escolar, profissional e social. (Decreto 3.410/1982)
Terapeuta Ocupacional	Atividades de supervisão, direção, coordenação, orientação, planejamento, programação e execução especializada, relacionadas à utilização de métodos, e técnicas terapêuticas e recreacionais com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do indivíduo. (Decreto nº 18.386/2000)

II. DOS REQUISITOS

1 São requisitos necessários para a investidura no cargo:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13, do Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972;
- Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, se do sexo masculino;
- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovadas junto à Coordenadoria Técnica de Perícias Médicas da Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil;
- Possuir a qualificação exigida referente ao cargo pretendido, conforme o estabelecido no quadro constante do Título I, item 2, deste Edital;
- Atender ao estabelecido no Decreto Nº 35.610 de 15/05/2012, que institui o regime “Ficha Limpa” como requisito para o ingresso em cargo ou emprego público no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município do Rio de Janeiro;
- Apresentar outros documentos que se fizerem necessários à época da posse.

III. DAS INSCRIÇÕES

1 As inscrições serão recebidas das **10h do dia 01/04/2019 até às 23h 59min do dia 09/04/2019** (horário de Brasília), incluindo sábados, domingos e feriados, somente via *Internet*, através de requerimento específico disponível no *site* <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>;

- 1.1 Para efetuar a inscrição é imprescindível o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato;
- 1.2 A pessoa travesti ou transexual poderá requerer o emprego do seu nome social na divulgação de todos os atos do presente certame, nos termos do Decreto nº 33.816/2011;
- 1.3 A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa aceitação, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes deste Edital e demais instrumentos reguladores, dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, bem como de todos os atos que forem expedidos sobre o concurso;
 - 1.2.1 de forma a evitar ônus desnecessário, orienta-se o candidato a recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Concurso.
- 1.4 Somente haverá devolução de taxa de inscrição nos casos previstos na Lei Municipal nº 2.937 de 24.11.1999;
- 1.5 No ato da inscrição no concurso não haverá qualquer restrição ao candidato que não cumprir os requisitos básicos. No entanto, só poderá ser admitido no cargo aquele que, na data de sua convocação cumprir, integralmente o contido nos Títulos I, II e XV;
- 1.6 O candidato com deficiência visual poderá consultar o presente Edital acessando o aplicativo NVDA, disponibilizado no site <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>;
- 1.7 A Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação da Coordenadoria Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil não se responsabiliza por inscrições não recebidas, independente do motivo: ordem técnica dos equipamentos, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a efetivação da inscrição.

2 Procedimentos para Inscrição:

- 2.1 Certificar-se, preliminarmente, de que preenche todos os requisitos exigidos para participação no Concurso e para posse no cargo;
- 2.2 Acessar o site <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>, onde estarão disponibilizados o Edital, o requerimento de inscrição, orientações e os procedimentos necessários à efetivação da inscrição;
- 2.3 Cadastrar-se, das **10h do dia 01/04/2019 até às 23h 59min do dia 09/04/2019** (horário de Brasília), incluindo os sábados, domingos e feriados, através de requerimento específico disponível no site <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>;
- 2.4 Assegurar-se de que preencheu corretamente o requerimento de inscrição;
 - 2.4.1 uma vez efetivada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.
- 2.5 Imprimir o requerimento preenchido e guardá-lo consigo;
- 2.6 Efetuar o pagamento da taxa, obrigatoriamente, por meio de DARM, que deverá ser impresso logo após a conclusão de preenchimento do requerimento de inscrição on-line, sendo este o único meio aceito para a efetivação da inscrição;
 - 2.6.1 A impressão do DARM deverá ser feita, exclusivamente, em papel A4, **até às 16h do dia 10/04/2019** (horário de Brasília);

2.6.2 Após o horário citado no subitem 2.6.1, deste Título, o sistema bloqueará a impressão do DARM, ficando o candidato impossibilitado de solicitar, inclusive, a impressão de uma 2ª via;

Não serão validados os pagamentos realizados através de DARM ou documentos similares que não sejam gerados pelo sistema de inscrição de concursos da Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação.

2.6.3 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetivado SOMENTE NOS BANCOS ABAIXO DISCRIMINADOS e respectivos correspondentes bancários, **até às 16h do dia 10/04/2019;**

BANCOS CREDENCIADOS:

- BRASIL S/A
- SANTANDER S/A
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
- BRASÍLIA S/A
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- ITAÚ S/A
- MERCANTIL DO BRASIL S/A
- HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO
- CITIBANK S/A
- BANCOOB S/A

2.6.4 O PAGAMENTO EFETUADO APÓS A DATA OFICIAL DE VENCIMENTO (10/04/2019) NÃO SERÁ VALIDADO E RESULTARÁ NO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO;

2.6.5 Não será confirmada a inscrição cujo referido pagamento seja efetuado através de depósito, transferência bancária e/ou agendamento;

2.6.6 Inobservância ao determinado nos subitens 2.6.1 a 2.6.5 resultará na não participação do candidato no concurso, sendo inaceitável, portanto, reclamações posteriores quanto a não confirmação do pagamento;

2.6.7 Salvo o disposto no item 1.4 deste Título, **não** haverá devolução de taxa de inscrição.

2.7 A inscrição será efetivada somente após a confirmação do pagamento da taxa de inscrição pela instituição bancária a este órgão.

3 Não serão aceitas inscrições por fax, condicional ou extemporânea, estando canceladas as que não atendam a todos os requisitos fixados neste Edital, em qualquer uma das etapas do concurso;

4 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outra inscrição ou para outros concursos;

5 Os dados cadastrais informados no ato da inscrição são de exclusiva responsabilidade do candidato;

6 A prestação de declaração falsa ou inexata e a não apresentação de quaisquer documentos exigidos implicarão na não validação da inscrição, nulidade de habilitação e perda dos direitos decorrentes, sem prejuízo das sanções

aplicáveis à falsidade de declaração, ainda que o fato seja constatado posteriormente;

7 O descumprimento das instruções resultará na não efetivação da inscrição.

IV. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

1 Será admitida isenção da taxa de inscrição nos termos da Lei nº 3.330/2001;

1.1 As inscrições deverão ser efetuadas das **10h do dia 01/04/2019 até às 23h 59min do dia 03/04/2019**, impreterivelmente;

2 O candidato deverá assinalar no requerimento utilizado para inscrição *on-line*, no site <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>, seu pedido de isenção de taxa de inscrição;

2.1 O sistema bloqueará o acesso a esta opção após o período determinado no subitem 1.1;

2.2 O candidato que pretender isenção de taxa de inscrição deverá, obrigatoriamente, comparecer nos **dias úteis de 04/04/2019 e 05/04/2019, das 10h às 13h ou das 14h às 16h**, em local a ser divulgado em Diário Oficial do Rio de Janeiro posteriormente, para a entrega dos seguintes documentos:

- Requerimento de avaliação de hipossuficiência impresso;
- Original e cópia do comprovante de residência (luz, gás ou telefone) no nome do requerente ou do parente que reside no mesmo endereço;
- Original e cópia da certidão de nascimento ou certidão de casamento ou decisão judicial de separação ou divórcio ou de óbito do cônjuge;
- Original e cópia da certidão de nascimento de filhos, se menores de idade;
- Original e cópia do último contracheque de todos integrantes da renda familiar ou original e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) das páginas que contenham fotografia, identificação, anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída anotada do último contrato de trabalho;
- Declaração, de próprio punho, sobre a renda familiar de parentes de 1º grau devidamente comprovados com os documentos acima solicitados, que residam no mesmo endereço do candidato.

2.2.1 A entrega dos documentos para a avaliação da hipossuficiência só poderá ser efetuada pelo próprio candidato;

2.2.2 Ao entregar **todos** os documentos constantes do item 2.2 deste Título, o candidato receberá um comprovante de entrega;

2.2.2.1 Não será admitida entrega condicional e posterior complementação de documentos.

2.3 Não serão analisados os pedidos de isenção sem as informações e os documentos necessários para a correta avaliação da hipossuficiência do candidato;

2.4 Qualquer declaração identificada como falsa sujeitará o candidato ao cancelamento de sua inscrição e às sanções previstas em lei;

2.5 Caso o candidato não compareça para a avaliação da hipossuficiência no dia, horário e local determinados no subitem 2.2, deste Título, o processo de inscrição será cancelado, pois somente a realização do preenchimento do

requerimento com a solicitação de isenção de taxa não significará que a inscrição tenha sido aceita e efetivada.

- 3 Conforme o estabelecido no art. 1º da Lei nº 3.330/2001, serão considerados hipossuficientes para inscrição gratuita aqueles cuja renda familiar não exceda três Salários Mínimos e/ou comprovarem estar desempregados;
- 3.1 Atestada a hipossuficiência do requerente, sua inscrição será, automaticamente, autorizada;
 - 3.1.1 O candidato deverá acessar no site <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos> o seu requerimento de inscrição a partir das **16h do dia xx/xx/2019**, a fim de tomar ciência do resultado de sua avaliação da hipossuficiência.
- 3.2 Caso a avaliação da hipossuficiência seja indeferida, o requerente poderá, se desejar, concretizar sua inscrição acessando novamente o seu requerimento de inscrição no site <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos> **para a impressão do DARM até as 16h do dia 10/04/2019** e efetuar o pagamento da taxa, **até as 16h do dia 10/04/2019**, conforme o disposto no Título III, item 2 e seus subitens.

V. DA RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS E ÍNDIOS

- 1 Conforme o estabelecido na Lei Municipal 5.695 de 27/03/2014, fica reservado a candidatos negros e índios, o equivalente a 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas neste Edital;
- 2 É considerado negro ou índio o candidato que assim se declare no momento da inscrição;
- 2.1 Caso o candidato não autodeclarar no ato da inscrição, não será permitida qualquer alteração para esse fim.
- 3 A autodeclaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais deste Edital, caso não opte pela reserva de vagas;
- 4 As vagas reservadas a candidatos negros e índios, conforme o quantitativo estabelecido no item 2, do Título I, deste Edital, caso não sejam preenchidas, serão revertidas para o quadro de vagas regulares,;
- 5 Detectada a falsidade da declaração a que se refere o item 3 deste Título, será o candidato eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, após o procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- 6 Os candidatos concorrentes às vagas de negros e índios, se aprovados, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação obtida;

- 7 Caso haja desistência de vaga do candidato negro ou índio aprovado, essa vaga será preenchida por outro candidato negro ou índio, respeitada a ordem de classificação da lista.

VI. DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

- 1 Ficam reservadas, no presente certame, 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para pessoas com deficiência, desde que comprovada a deficiência e a devida compatibilidade com as atividades do emprego, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.950 de 02.12.08, Lei Municipal n.º 2.111 de 10.01.94, na Lei Municipal n.º 645 de 05.11.84 e no Decreto Municipal n.º 5.890 de 16.06.86;
- 2 O candidato inscrito como pessoa com deficiência deverá assinalar o campo próprio do requerimento de inscrição, declarando a deficiência da qual é portador e, se necessário, requerer o método através do qual deseja realizar a prova: com leitor ou prova ampliada e/ou informar dificuldade de locomoção;
- 2.1 No caso de prova, em que haja necessidade de auxílio de fiscal leitor, o mesmo, além de auxiliar na leitura da prova, sempre sob a supervisão de outro fiscal devidamente treinado, transcreverá as respostas para o cartão-resposta do candidato. Ao final da prova será lavrado um termo no qual o candidato concordará com as marcações que foram efetuadas no cartão-resposta e com o texto transcrito no caderno de resposta definitivo;
- 2.2 O candidato com deficiência visual parcial (ambliopia) deverá declarar sua condição, informando no requerimento de inscrição sobre a necessidade da prova ser confeccionada de forma ampliada. Neste caso, serão oferecidos apenas cartão resposta ampliado e prova com tamanho de letra correspondente a corpo 24 (vinte e quatro);
- 2.3 Qualquer outra solicitação referente a atendimento de necessidade especial o candidato deverá proceder conforme o disposto no Título VII deste Edital.
- 3 O candidato com deficiência auditiva que fizer uso de aparelho auricular, somente poderá utilizá-lo até o sinal de início da prova; momento no qual será solicitado que retire o mesmo;
- 3.1 Caso haja algum aviso no decorrer do período de prova, ao candidato será permitido recolocar o aparelho, garantindo assim, a isonomia de informações.
- 4 O candidato que não declarar no requerimento de inscrição que é pessoa com deficiência, concorrerá somente às vagas regulares, não sendo admitidas alterações posteriores ao término das inscrições **(09/04/2019)**;
- 5 As vagas reservadas a pessoas com deficiência, conforme o quantitativo estabelecido no item 2, do Título I deste Edital, caso não sejam preenchidas, serão revertidas para o quadro de vagas regulares;
- 6 O candidato inscrito como pessoa com deficiência participará do certame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário, ao local de aplicação, ao tempo de realização das provas e à nota mínima exigida

para todos os demais candidatos, sendo-lhe, porém, assegurado fácil acesso ao recinto onde serão realizadas as provas;

- 7 O acesso de pessoas com deficiência às provas e sua eventual aprovação não significa que houve o reconhecimento da compatibilidade de sua deficiência com a atividade pertinente à vaga, a qual será determinada por meio de Perícia Médica;
- 8 O candidato inscrito como pessoa com deficiência, **se aprovado na Prova Objetiva**, deverá comparecer no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da **publicação do resultado da mesma**, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação da Coordenadoria Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil, situada na Rua Afonso Cavalcanti n.º 455, Prédio Anexo, 10º andar - Ala B - Cidade Nova, no horário das 10h às 16h, munido do original de documento oficial de identidade, para tomar ciência do dia, horário e local em que deverá comparecer à Coordenadoria Técnica de Perícias Médicas da Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil – CVL/SUBSC/CTPM, **ficando a Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação desobrigada de realizar qualquer tipo de contato para este fim**;
 - 8.1 O candidato será encaminhado à Coordenadoria Técnica de Perícias Médicas da Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil – CVL/SUBSC/CTPM, para confirmação da deficiência declarada, conforme o disposto na legislação vigente;
 - 8.2 No caso de ser pessoa com deficiência auditiva ou visual ou apresentar paralisia cerebral, o candidato deverá exibir, também, exame audiométrico, laudo oftalmológico com acuidade visual ou parecer neurológico, respectivamente, dentro do prazo de validade de 30 (trinta) dias, contados da data da emissão até a da apresentação;
 - 8.3 Constatada, pela CVL/SUBSC/CTPM, a necessidade de avaliação da capacidade laborativa do candidato pela Junta de Especialistas, o referido órgão informará à Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação da Coordenadoria Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil, para as providências pertinentes;
 - 8.4 A Junta de Especialistas emitirá laudo fundamentado, declarando a compatibilidade ou não da deficiência com as atribuições do cargo a ser ocupado;
 - 8.5 O candidato, cuja deficiência seja considerada pela Junta de Especialistas, incompatível com o regular exercício das atividades do cargo, será eliminado do certame.
- 9 O candidato considerado pela Coordenadoria Técnica de Perícias Médicas como **portador de deficiência** fará jus aos benefícios da legislação pertinente, se obtiver a média para aprovação, conforme o estabelecido neste Edital;

- 10** O candidato considerado pela Coordenadoria Técnica de Perícias Médicas como **não portador de deficiência** concorrerá, somente, às vagas regulares, se obtiver a média para aprovação, conforme o estabelecido neste Edital;
- 11** O candidato inscrito como pessoa com deficiência que não comparecer, no dia, hora e local determinados, para confirmação da deficiência declarada no ato da inscrição ou deixar de comparecer, se convocado, para a avaliação da Junta de Especialistas, concorrerá, somente, às vagas regulares;
- 12** Os candidatos considerados “pessoa com deficiência”, conforme a legislação vigente, se habilitados, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em relação à parte, observados a respectiva ordem de classificação obtida;
- 13** Os recursos contra o resultado das avaliações realizadas pela Coordenadoria Técnica de Perícias Médicas deverão ser interpostos no dia subsequente ao da publicação do resultado da avaliação dos candidatos inscritos como pessoa com deficiência e encaminhados à Coordenadoria Técnica de Perícias Médicas da Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil – CVL/SUBSC/CTPM;
- 14** Os recursos contra o resultado das avaliações realizadas pela Junta de Especialistas deverão ser interpostos no dia subsequente ao da publicação do resultado da avaliação dos candidatos inscritos como pessoa com deficiência e encaminhados à Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação da Coordenadoria Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil – CVL/SUBSC/CGRH/CTCAA.

VII. DA NECESSIDADE DE ATENDIMENTO ESPECIAL

- 1** O candidato, inscrito como pessoa com deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial durante a realização da prova deverá solicitá-lo à Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação situada na Rua Afonso Cavalcanti, 455, Prédio Anexo, 10º andar - Ala B, Cidade Nova/RJ, no prazo de até 48 horas antes da data de realização da mesma, no horário das 10h às 16h, indicando claramente quais os recursos especiais necessários e apresentar laudo médico redigido em letra legível, justificando o atendimento especial solicitado;
 - 1.1** O candidato que não se manifestar, na forma e no prazo contido no item 1, não terá atendimento especial no dia da realização da prova.
- 2** Entende-se por necessidade de atendimento especial:
 - 2.1** Necessidade de auxílio de um fiscal leitor. Neste caso, além de auxiliar na leitura da prova, o fiscal leitor, sempre sob a supervisão de outro fiscal devidamente treinado, transcreverá as respostas para o cartão-resposta e para o caderno de resposta definitivo do candidato. Ao final da prova será lavrado um termo no qual o candidato concordará com as marcações que foram

- efetuadas no cartão resposta e com o texto transcrito no caderno de resposta definitivo;
- 2.2** Necessidade da prova ser confeccionada de forma ampliada. Neste caso, serão oferecidos apenas cartão resposta ampliado e prova com tamanho de letra correspondente a corpo 24 (vinte e quatro);
 - 2.3** Necessidade de sala de mais fácil acesso, no caso de dificuldade de locomoção;
 - 2.4** Necessidade de carteira e mesa separadas;
 - 2.4.1** dependendo da disponibilidade do local, o candidato poderá ser alocado em uma sala sozinho. Nesse caso, o candidato será acompanhado por 2 (dois) fiscais.
 - 2.5** Candidato que necessitar utilizar lupa, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça;
 - 2.6** Candidato que necessitar utilizar aparelho auricular;
 - 2.7** Candidato que estiver impossibilitado de transcrever as respostas da prova. Nesse caso, o candidato será acompanhado por 2 (dois) fiscais. Ao final da prova será lavrado um termo no qual o candidato concordará com as marcações que foram efetuadas no cartão-resposta;
 - 2.8** A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova, deverá levar um acompanhante, o qual será responsável pela guarda da criança;
 - 2.8.1** A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova;
 - 2.8.2** Nos horários de amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se, temporariamente, da sala de prova, acompanhada de uma fiscal;
 - 2.8.2.1** Na sala reservada para amamentação, ficarão somente a candidata lactante, o lactante e uma fiscal, sendo vedada a permanência do acompanhante e de quaisquer outras pessoas.
 - 2.8.3** Não será concedido tempo adicional para a candidata que necessitar amamentar, a título de compensação, durante o período de realização das provas.
 - 2.9** Candidato que não tenha condições de se deslocar sozinho e necessite de acompanhante.
- 3** Ao acompanhante, conforme estabelecido nos itens 2.8 e 2.9 e, previamente autorizados pela Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação, não será permitido a utilização de celular ou quaisquer outros equipamentos eletrônicos ou de comunicação durante a realização do certame;
- 3.1** O acompanhante ficará, sempre sob a supervisão de um fiscal, em dependência designada pela Comissão Organizadora.
- 4** A exigência da solicitação da necessidade de atendimento especial descrita nos itens 2.1, 2.2 e 2.3 aplica-se apenas aos candidatos concorrentes às vagas regulares tendo em vista não existir a opção no requerimento de inscrição;
- 4.1** Para o atendimento das demais necessidades, o candidato, concorrente às vagas regulares ou de pessoa com deficiência, deverá proceder conforme o estabelecido no item 1 deste Título.

- 5 A solicitação não garante ao candidato o atendimento especial. O pedido será deferido ou indeferido pela Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação, após análise, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

VIII. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

- 1 O candidato deverá acompanhar a **CONFIRMAÇÃO DO PAGAMENTO DE SUA INSCRIÇÃO** através do site <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos> até o dia **17/04/2019**;
- 1.1 Para verificar a confirmação do pagamento, o candidato acessará, no site acima mencionado, a opção “consultar andamento da inscrição” e, verificar no final do requerimento se consta a mensagem “confirmado pagamento da taxa de inscrição”;
- 1.2 Se até a data acima citada não estiver confirmado o respectivo pagamento da inscrição, o candidato deverá comparecer, impreterivelmente, **no dia 18/04/2019** à Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação da Coordenadoria Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil, situada na Rua Afonso Cavalcanti n.º 455, Prédio Anexo, 10º andar - Ala B - Cidade Nova, no horário das 10h às 16h, portando o CPF, DARM e o respectivo comprovante de pagamento;
- 1.3 A inobservância ao determinado no item 1 e subitem 1.2 deste Título, implicará a não participação do candidato no concurso, não sendo aceitas, portanto, reclamações quanto a não confirmação do pagamento de sua inscrição;
- 1.4 Não haverá inclusão de candidato após a data determinada no subitem 1.2 deste Título.
- 2 As informações referentes à data, horário, tempo de duração e local de realização da prova (nome do estabelecimento, endereço e sala), assim como orientações para realização da prova, estarão disponíveis, oportunamente, no site <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>;
- 2.1 Não serão prestadas, por telefone, informações a respeito de locais e horários de realização da prova;
- 2.2 O Cartão de Confirmação de Inscrição estará disponível no site para conhecimento do candidato.
- 3 O candidato deverá, obrigatoriamente, conferir todas as informações contidas no site <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos> e/ou no requerimento de inscrição e/ou no Cartão de Confirmação de Inscrição – CCI;
- 3.1 Quando houver inexatidão de informação tais como: nome, identidade e data de nascimento, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala a devida correção, no momento em que for assinar a lista de presença na sala de prova;
- 3.2 Caso haja inexatidão na informação relativa à sua eventual condição de pessoa com deficiência que demande tipo de prova diferenciada (ledor ou ampliada) e/ou esteja concorrendo às vagas reservadas para pessoas com deficiência, o candidato deverá comparecer à Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação da Coordenadoria Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil,

situada na Rua Afonso Cavalcanti n.º 455, Prédio Anexo, 10º andar - Ala B - Cidade Nova, no horário das 10h às 16h até 48h antes da prova;

3.3 Serão de exclusiva responsabilidade do candidato as consequências advindas de eventual omissão quanto à solicitação de correção.

4 A existência de informações quanto à data, horário e local da realização da prova no cartão de confirmação de inscrição disponível na Internet, não exime o candidato do dever de observar, pelo Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, as publicações de todos os atos e editais referentes ao certame;

5 O candidato não poderá alegar desconhecimento dos locais de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, será considerado como desistência do candidato e resultará em **sua eliminação do certame**.

IX. DA AVALIAÇÃO

1 A avaliação dos candidatos será feita através de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, com base no **conteúdo programático a ser divulgado em Diário Oficial do Rio de Janeiro posteriormente**, conforme quadro a seguir:

CARGO	CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO	TOTAL EM PONTOS	MÍNIMO EM PONTOS PARA HABILITAÇÃO (POR CONTEÚDO)	MÍNIMO EM PONTOS PARA HABILITAÇÃO (POR TOTAL DA PROVA)
Farmácia	Língua Portuguesa	10	1,0	10,0	5,0	60,0
	Legislação do SUS	10	1,0	10,0	5,0	
	Conhecimentos específicos	40	2,0	80,0	40,0	
Fisioterapia	Língua Portuguesa	10	1,0	10,0	5,0	60,0
	Legislação do SUS	10	1,0	10,0	5,0	
	Conhecimentos específicos	40	2,0	80,0	40,0	
Fonoaudiologia	Língua Portuguesa	10	1,0	10,0	5,0	60,0
	Legislação do SUS	10	1,0	10,0	5,0	
	Conhecimentos específicos	40	2,0	80,0	40,0	
Nutrição	Língua Portuguesa	10	1,0	10,0	5,0	60,0
	Legislação do SUS	10	1,0	10,0	5,0	
	Conhecimentos específicos	40	2,0	80,0	40,0	
Psicologia	Língua Portuguesa	10	1,0	10,0	5,0	60,0
	Legislação do SUS	10	1,0	10,0	5,0	
	Conhecimentos específicos	40	2,0	80,0	40,0	
Terapia Ocupacional	Língua Portuguesa	10	1,0	10,0	5,0	60,0
	Legislação do SUS	10	1,0	10,0	5,0	
	Conhecimentos específicos	40	2,0	80,0	40,0	

- 1.1** A prova objetiva será realizada no dia **19/05/2019** e terá a duração de 4h, incluindo a marcação do cartão-resposta;
- 1.2** será considerado habilitado o candidato que obtiver **60% (sessenta por cento)** de pontos do total da prova objetiva, conforme o estabelecido no quadro acima;
- 1.3** Toda e qualquer legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação na prova do Concurso.

2 Da Prova Objetiva

- 2.1** A prova objetiva constará de questões de múltipla escolha, com quatro opções (A, B, C e D) e uma única resposta correta, de acordo com o enunciado da questão;
- 2.2** A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente de tinta azul ou preta;
 - 2.2.1** Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha durante a realização da prova.
- 2.3** Os cartões-resposta serão corrigidos por meio de processamento eletrônico;
- 2.4** O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o cartão-resposta, que é o único documento válido para a correção eletrônica, apondo, ainda, sua assinatura no local determinado;
 - 2.4.1** Como medida de segurança, o candidato deverá transcrever, de próprio punho, em caligrafia usual, a frase apresentada no caderno de questões, para posterior exame grafológico e confirmação de sua identificação, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
 - 2.4.1.1** Caso não tenha condições de transcrever a frase, será lavrado Termo de Ocorrência e colhida a impressão digital do candidato.
- 2.5** O preenchimento do cartão-resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste regulamento, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para a realização das provas, conforme o disposto no Título VI item 2.1 e Título VII itens 2.1 e 2.5.
 - 2.5.1** Haverá, no cartão-resposta, para cada questão, quatro campos de marcação: um campo para cada uma das quatro opções A, B, C e D, sendo que o candidato deverá, obrigatoriamente, marcar, para cada questão, um, e somente um, dos quatro campos do cartão-resposta, sob pena de anulação da respectiva questão;
 - 2.5.2** Não serão computadas as questões não assinaladas, rasuradas ou emendadas, ainda que legíveis, e as que tiverem mais de uma opção assinalada como resposta;
 - 2.5.3** O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o cartão-resposta, sob pena de reprovação, por impossibilidade de realização da leitura óptica;
 - 2.5.4** em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
- 2.6** O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão-resposta;
 - 2.6.1** o candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais: nome, número de inscrição e data de nascimento.
- 2.7** O gabarito da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando

disponível também, no endereço eletrônico

<http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>.

2.8 Em caso de empate, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

1º maior nota no conteúdo de Conhecimentos Específicos do cargo a que concorre;

2º maior nota no conteúdo de Língua Portuguesa;

3º maior nota no conteúdo de Legislação do SUS;

4º o mais idoso.

3.6.1 Em observância à Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, os candidatos por ela amparados terão critério de desempate diferenciado;

3.6.2 Para aplicação do critério de desempate estabelecido no item 3.6, será considerada a idade que o candidato tiver no último dia de inscrição **(09/04/2019)**;

X. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

1 As provas serão aplicadas na Cidade do Rio de Janeiro, em função da disponibilidade de locais para realização.

1.1 A Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação não se obriga a realizar as provas no bairro onde o candidato residir.

2 Os locais, a data e o horário de realização da prova serão publicados no Diário Oficial do Município e divulgados no *site* <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>;

3 O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, portando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente e o original do documento de identidade oficial, reconhecido em todo o território nacional;

3.1 O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura;

3.2 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento;

3.3 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelo Comando Militar, pela Secretaria de Segurança Pública, pelo Instituto de Identificação e pelo Corpo de Bombeiro Militar; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997);

3.4 não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de

- estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, protocolos de documentos nem documentos, **mesmo que original**, ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados ou quaisquer outros, que não tenham validade como documento de identidade em todo o território nacional;
- 3.5** O candidato que deixar de apresentar, no dia de realização da prova, documento original que o identifique, reconhecido em todo o território nacional alegando qualquer justificativa, não realizará a prova, sendo excluído do certame.
- 4** Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, após a assinatura da lista de presença, serão adotados os seguintes procedimentos;
- 4.1** O candidato não poderá retirar-se da sala de prova sem autorização e acompanhamento da fiscalização;
- 4.2** O candidato não poderá consultar qualquer material, inclusive jornal e revista, enquanto aguardar o horário de início da prova;
- 5** **Recomenda-se que o candidato não leve nenhum aparelho eletrônico no dia de realização das provas;**
- 5.1** Os candidatos que portarem pertences pessoais, inclusive aparelho(s) celular(es) desligado(s) ou outros aparelhos eletrônicos, terão os referidos objetos guardados em saco plástico, que deverá ser identificado, lacrado e colocado embaixo da carteira onde o candidato estiver sentado. Demais pertences ficarão à vista da fiscalização de sala, durante todo o período de permanência dos candidatos em sala, não se responsabilizando a Subsecretaria de Serviços Compartilhados pela guarda, por perdas ou extravios durante a realização da prova, nem por danos a eles causados;
- 5.1.1** É de responsabilidade de o candidato acondicionar os objetos citados no item 5.1.
- 5.2** **O telefone celular deverá permanecer desligado e sem bateria, desde o momento da entrada até a saída do candidato do local de realização das provas;**
- 5.3** **O candidato que descumprir o estabelecido no item 5 e nos subitens 5.1 e 5.2, deste Título, poderá ser eliminado do certame, conforme decisão da organizadora do concurso.**
- 6** Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando arma de qualquer espécie, ainda que detenha autorização para o respectivo porte;
- 7** Os portões dos prédios onde serão realizadas as Provas serão fechados, impreterivelmente, no horário a ser informado através de Edital, mediante preenchimento “Termo de Fechamento de Portão”, lavrado pelo Supervisor ou pelo Coordenador na presença de duas testemunhas;
- 7.1** O candidato que chegar após o fechamento dos portões, independente do motivo alegado, terá vedada sua entrada no prédio e será automaticamente eliminado do certame.
- 8** Será vedado ao candidato o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc., salvo se autorizado, previamente, pela Coordenadoria Técnica de

Concursos, Admissão e Acumulação, conforme estabelecido no Título VII deste Edital;

- 9 Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da Prova;
- 10 Não será permitido o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
- 11 A inviolabilidade das provas será comprovada no momento do rompimento do lacre dos malotes, mediante termo formal e a presença de, no mínimo, 2 (dois) candidatos;
- 12 Não será autorizado o ingresso de acompanhantes do candidato no estabelecimento de realização das provas, salvo se autorizado, previamente, pela Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação, conforme estabelecido no Título VII deste Edital;
- 13 Nos locais de prova poderá haver revista pessoal por meio de utilização de detector de metais e rastreamento eletrônico;
- 14 Não será permitido ao candidato fumar, conforme determinado no art. 49 da Lei Federal 12.546 de 14 de dezembro de 2011;
- 15 Após o início da prova não será permitida a permanência de pessoas não autorizadas previamente no local de prova, salvo se autorizado, previamente, pela Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação, conforme estabelecido no item 1 do Título VII deste Edital;
- 16 Não será permitida a consulta à legislação, livros, impressos ou anotações;
- 17 Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do concurso, poderá entregar o caderno de questões e o cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita, e retirar-se do recinto;
- 18 **AO TERMINAR A PROVA O CANDIDATO ENTREGARÁ, OBRIGATORIAMENTE, AO FISCAL DE SALA, O SEU CARTÃO-RESPOSTA E O CADERNO DE QUESTÕES, SOB PENA DE EXCLUSÃO DO CERTAME;**
 - 18.1 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de questões no decurso dos últimos 30 minutos anteriores ao horário determinado para término da prova;
 - 18.2 Os cadernos de questões da prova retidos serão eliminados posteriormente.
- 19 Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se

esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova;

- 20 O candidato que insistir em sair de sala, descumprindo o disposto nos itens 17 a 20 deste Título, deverá assinar o Termo de Desistência e, caso se negue, será lavrado um Termo de Ocorrência, testemunhado por 2 (dois) outros candidatos, pelos fiscais e pelo Coordenador Local;
- 21 Qualquer observação por parte dos candidatos será igualmente lavrada na ata, ficando seus nomes e números de inscrição registrados pelos fiscais;
- 22 Não haverá prorrogação do tempo previsto para aplicação da prova, e nem compensação em decorrência de afastamento do candidato da sala de prova, seja qual for o motivo;
- 23 No dia de realização da prova não serão fornecidas, por nenhum membro da equipe de aplicação desta e nem pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação;
- 24 Não haverá aplicação de prova fora dos dias, locais e horários pré-estabelecidos.

XI. DA EXCLUSÃO DO CERTAME

1 Será excluído do concurso o candidato que:

- 1.1 Faltar, chegar ao local de prova após o fechamento dos portões ou comparecer para a realização da prova em local diferente do designado;
- 1.2 Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão-resposta e/ou o caderno de questões;
- 1.3 O candidato que insistir em sair de sala, descumprindo o disposto nos itens 17 a 19 do Título X;
- 1.4 Deixar de cumprir o disposto no item 3 do Título X;
- 1.5 Deixar de assinar o cartão-resposta e a lista de presença e/ou não transcrever a frase para o cartão-resposta conforme estabelecido no subitem 2.4.1 do Título IX;
- 1.6 Dispensar tratamento incorreto e/ou descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas ou autoridade, bem como perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- 1.7 For surpreendido, durante a realização da prova:
 - 1.7.1 Utilizando qualquer tipo de consulta a material impresso, anotações ou similares ou em comunicação verbal, escrita ou gestual, com outro candidato;
 - 1.7.2 Dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova;
 - 1.7.3 Portando anotações, impressas ou manuscritas;
 - 1.7.4 Utilizando qualquer aparelho eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação ativa ou passiva;
 - 1.7.5 Portando qualquer tipo de arma.
- 1.8 Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o permitido;
- 1.9 Recusar-se a ser submetido ao detector de metal;

- 1.10 Recusar-se a entregar o cartão-resposta e o caderno de questões, ao término do tempo destinado para a realização da prova;
- 1.11 Descumprir quaisquer das instruções contidas no caderno de questões;
- 1.12 Não alcançar o mínimo de pontos exigidos para habilitação na Prova Objetiva, conforme estabelecido no presente Edital;
- 1.13 Utilizar processos ilícitos, através de meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, mesmo que constatado posteriormente;
- 1.14 Deixar de se apresentar, quando convocado em qualquer fase do concurso, ou não cumprir, nos prazos indicados, os procedimentos necessários para a posse;
- 1.15 Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso público;
- 1.16 Deixar de apresentar qualquer um dos documentos que comprovem o atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital;
- 1.17 Fizer declaração identificada como falsa ou inexata em qualquer documento;
- 1.18 Não atender às determinações do presente regulamento e de seus atos complementares.

XII. DOS RECURSOS

- 1 O próprio candidato, ou seu procurador legal, poderão interpor recurso, quando ficar evidenciado erro na formulação da questão, na correção e no critério de julgamento, utilizando-se, para tanto, de formulário próprio, para cada questão, cujo modelo estará disponível no *site* <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>, opção “Portal de Concursos”.
- 2 Será vedada a extração de cópia, fotografia ou qualquer outra forma de reprodução em qualquer fase recursal;
 - 2.1 A obtenção de cópia somente se dará através de certidão de inteiro teor, desde que requerida pelo próprio candidato ou seu procurador legal;
- 3 **Os recursos deverão ser interpostos no prazo de:**
 - 3.1 Até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do gabarito no D.O. Rio, quanto às questões da prova objetiva;
 - 3.2 Até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do resultado da prova objetiva no D.O. Rio, para solicitar recontagem de pontos, que só poderá ser feita pelo próprio candidato;
 - 3.2.1 A recontagem de pontos será através da vista da cópia do cartão-resposta apenas pelo próprio candidato;
 - 3.3 Até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do resultado final no D.O. Rio, exclusivamente para retificação de eventual erro material;
- 4 O recurso, individual, contra o gabarito, deverá ser digitado ou preenchido com letra de forma e assinado pelo candidato ou por procurador legal, com a indicação precisa daquilo em que o candidato se julgar prejudicado e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com a citação de

artigos de legislação, itens, páginas de livros, nome de autores etc, juntando, sempre que possível cópia dos comprovantes;

4.1 O recurso contra o gabarito deverá ser único para cada questão;

5 O recurso deverá ser entregue na Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação da Coordenadoria Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil, situada à Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Anexo, 10º andar / Ala B - Cidade Nova, impreterivelmente, das 10h às 16h;

5.1 Não serão aceitos, em hipótese alguma, recursos após as 16 horas;

6 Será indeferido, liminarmente, o pedido de recurso apresentado fora das condições exigidas e/ou dos prazos estabelecidos;

7 Se do exame dos recursos contra o gabarito resultar anulação de questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos, indistintamente, a todos os candidatos presentes, independentemente da formulação de recurso;

8 Se, por força de decisão favorável a impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso dessa modificação decorrente das mesmas;

9 Não serão aceitos recursos por *fax*, via postal ou pela *Internet*;

10 A Banca Examinadora constitui última instância para recurso e revisão, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual serão indeferidos, liminarmente, recursos ou revisões adicionais.

XIII. DO RESULTADO DAS PROVAS

1 O resultado da Prova Objetiva será divulgado por Edital, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro e disponibilizado no *site* <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>, opção “Portal de Concursos”, e dele constarão as notas, por conteúdo, de **todos** os candidatos convocados.

XIV. DO RESULTADO FINAL

1 O resultado final do Concurso Público, será divulgado por Edital, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro e disponibilizado no *site* <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>, opção “Portal de Concursos”.

XV. DO PROVIMENTO E ADMISSÃO NO CARGO

- 1 O provimento no cargo obedecerá, rigorosamente, à ordem da Classificação Final dos candidatos aprovados e às disposições legais pertinentes, considerando ainda o resultado dos beneficiários da Lei n.º 2.111/1994 e da Lei 5.695/2014;
- 2 No ato da posse, o candidato deverá comprovar a qualificação essencial exigida para o ingresso no cargo, conforme o constante no item 2 do inciso I e do item 6 deste Inciso;
- 3 O candidato aprovado, quando convocado, deverá apresentar-se à Coordenadoria Técnica de Perícias Médicas, de acordo com escala a ser divulgada na época própria, para exame admissional, devendo, neste momento, estar de posse dos seguintes exames:
 - oftalmológico com laudo, especificando acuidade visual, fundoscopia, tonometria e senso cromático;
 - eletrocardiograma com laudo, quando com 35 (trinta e cinco) anos ou mais.
- 3.1 Ao serem avaliados pelos Médicos Peritos da Coordenadoria Técnica de Perícias Médicas da Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil, outros exames poderão ser solicitados, na dependência do exame clínico;
- 4 Somente serão aceitos exames realizados em até 30 (trinta) dias imediatamente anteriores ao ato da apresentação;
- 5 Somente será empossado no cargo o candidato considerado APTO no exame de saúde admissional, de caráter eliminatório;
- 6 Por ocasião da posse, serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:
 - Carteira de Identidade;
 - CPF;
 - Comprovante da habilitação (qualificação exigida) para exercer o cargo;
 - Currículo;
 - PIS ou PASEP;
 - Duas fotos 3x4 (iguais), coloridas, recentes e de frente;
 - Original da Carteira de Trabalho;
 - Título de Eleitor, com o respectivo comprovante de votação da última eleição;
 - Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
 - Certidão de Casamento (se casado) ou da Certidão de Nascimento (se solteiro);
 - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores 21 anos;
 - Cópia do comprovante de residência (conta de luz, gás, água ou telefone convencional), emitido há no máximo 60 dias, onde conste seu endereço completo, inclusive o Código de Endereçamento Postal – CEP;
 - Carta de Naturalização se estrangeiro naturalizado (original e cópia);

- Caso exista dependente por força de ação judicial: apresentar Termo de Curatela (original e cópia) ou Termo de Guarda e Posse em caso de adoção (original e cópia);
- Se o candidato já for ocupante de outro cargo ou emprego público, nas esferas Municipal, Estadual ou Federal, na ocasião da posse, após a devida aprovação na perícia médica, deverá comparecer no Setor de Acumulação de Cargos da SMA, munido do seu contra-cheque para regularizar esta situação funcional. Caso o cargo seja inacumulável, apresentar o protocolo de exoneração ou rescisão do contrato de trabalho.

7 Os documentos citados no item 6 serão exigidos, apenas, dos candidatos aprovados e convocados para posse, não sendo aceitos protocolos;

8 Será vedado o ingresso no cargo, o candidato que se enquadrar em qualquer das hipóteses previstas no Art. 1º do Decreto nº 35.610 de 15 de maio de 2012;

9 O candidato deverá assinar declaração de veracidade dos documentos apresentados, bem como das informações prestadas, sob pena de anulação do ato de nomeação;

XVI. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1 O certame será regulado por este Edital, organizado e executado pela Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação da Coordenadoria Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil;

1.1 O cronograma com as datas previstas da realização de todas as etapas encontra-se disponível no site <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>.

1.1.1 dependendo da necessidade o cronograma poderá sofrer alterações;

2 A Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação não se responsabiliza pela comercialização de apostilas referentes ao concurso;

3 A aprovação no concurso assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e dentro do prazo de validade do concurso;

4 A jornada de trabalho será organizada para atender às necessidades do Município do Rio de Janeiro, observada a carga horária específica do cargo efetivo;

5 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova ou convocação do candidato, desde que verificadas falsidades de declarações ou irregularidades nas provas ou documentos;

- 6 O concurso será homologado pelo Subsecretário de Serviços Compartilhados, sendo o ato respectivo publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio;
- 7 O prazo de validade do concurso será de **02 (dois) anos**, contados a partir da data de publicação do despacho da homologação do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Superior;
- 8 Todas as convocações, avisos e resultados serão publicados, exclusivamente, nos Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio e disponibilizados no **site** <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>;
- 8.1 É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde a convocação dos candidatos para posse.
- 8.1.1 o candidato habilitado deverá acompanhar as publicações, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, referentes à convocação para posse.
- 9 Não será investido no cargo o candidato que, na condição de ex-servidor, tenha nos últimos cinco anos sido demitido de cargo público municipal, tido sua aposentadoria cassada por danos ao serviço público ou tido contrato de trabalho com esta Municipalidade rescindido por justa causa, conforme o disposto no Decreto Municipal n.º 17.930/1999;
- 10 Os candidatos aprovados e classificados além do número de vagas constantes do quadro do Título I, item 2, farão parte do banco de concursados, suscetível de aproveitamento durante o período de validade do concurso, de acordo com o interesse da Administração Pública Municipal;
- 11 Conforme o estabelecido na Portaria CVL/SUBSC nº 11 de 22 de agosto de 2018, o candidato habilitado em todas as etapas do concurso, na forma do edital regulamentador e da mencionada Portaria, que não tenha completado a investidura de acordo com as determinações contidas na Lei nº 94 de 14 de março de 1979, poderá requerer a Inclusão no Final da Lista do Banco de Concursados;
- 11.1 O candidato que tiver deferida sua solicitação para inclusão no final de lista do banco de concursados, será reposicionado após os demais que aguardam a convocação para a posse;
- 11.2 O deferimento da opção para figurar no final da lista citada no subitem 11.1 deste Título, não garantirá ao candidato nova convocação, o que dependerá, inclusive do interesse e necessidade da Administração Pública.
- 12 Durante o desenvolvimento do processo, o candidato é responsável pela atualização de endereço, junto à Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação. **Após a homologação do concurso, o candidato aprovado é responsável pela atualização do endereço junto à Secretaria Municipal de Saúde. A não atualização poderá gerar prejuízos ao candidato, sem nenhuma responsabilização para a Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação da Coordenadoria Geral de Recursos Humanos da**

Subsecretaria de Serviços Compartilhados da Secretaria Municipal da Casa Civil e nem para Secretaria Municipal de Saúde;

- 12.1** A Subsecretaria de Serviços Compartilhados e a Secretaria Municipal de Saúde não se responsabilizam nos casos decorrentes de:
- a) endereço não atualizado;
 - b) correspondência devolvida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
 - c) correspondência recebida por terceiros.
- 13** As informações referentes à classificação e à nota do candidato não serão transmitidas por telefone, em hipótese alguma;
- 14** As dúvidas, oriundas das informações neste Edital, poderão ser dirimidas na Coordenadoria Técnica de Concursos, Admissão e Acumulação, Rua Afonso Cavalcanti nº 455, Anexo, 10º andar - Ala B - Cidade Nova/RJ, de 2ª a 6ª feira, das 10h às 16h; através dos telefones 2976-1612 ou 2976-1103;
- 15** Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital somente poderão ser feitas por meio de outro edital;
- 16** Os casos omissos serão submetidos à apreciação do Subsecretário de Serviços Compartilhados.

RIO DE JANEIRO, 30 DE JANEIRO DE 2019.

PAULO ALBINO SANTOS SOARES
SUBSECRETÁRIO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS